

ESTATUTOS

Capítulo Primeiro

Denominação, Sede, Objecto e Duração

Artigo Primeiro

1. A sociedade adopta a denominação José de Mello Saúde, S.A.
2. A sociedade tem a sua sede na Avenida do Forte, nº 3, Edifício Suécia III, Piso 2, freguesia de Carnaxide, em Carnaxide, podendo o Conselho de Administração deliberar quer a deslocação da sede, quer a criação, manutenção ou extinção de quaisquer agências, filiais, delegações ou sucursais no território nacional ou fora dele.

Artigo Segundo

1. A sociedade tem por objecto a compra, venda e aluguer de equipamentos bem como a prestação de serviços de gestão, consultoria, informáticos, operacionais, administrativos, de negociação e aprovisionamento, e a prestação de serviços na área da saúde.
2. A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas, no capital social de outras sociedades reguladas ou não por leis especiais, criar novas empresas ou compartilhar na sua criação, mesmo que o objecto desta ou destas sociedades não coincida, no todo ou em parte, com aquele que a sociedade está exercendo, podendo ainda a sociedade associar-se, pela forma que entender mais conveniente, a quaisquer entidades singulares ou colectivas, colaborar com elas através da sua direcção ou fiscalização ou nelas tomar interesses sob qualquer forma.

Capítulo Segundo

Capital Social, Acções e Obrigações

Artigo Terceiro

1. O capital social totalmente subscrito e realizado em dinheiro é de cinquenta e três milhões de euros e está representado por dez milhões e seiscentas mil acções nominativas, com o valor nominal de cinco euros cada.

2. As acções podem ser representadas por títulos ou assumir forma meramente escritural.
3. É admitida a conversão de acções tituladas em acções escriturais, sendo que o inverso não é permitido, com excepção dos casos expressamente previstos na lei.
4. As acções tituladas são representadas por títulos de uma, cinco, dez, cem, mil, dez mil, cem mil a um milhão de acções, os quais serão assinados por dois administradores, podendo as assinaturas ser de chancela.
5. As despesas de conversão de acções e de desdobramento de títulos são suportadas pelos interessados, salvo no caso de conversão de acções tituladas em acções escriturais, as quais serão suportadas pela sociedade.
6. Nos termos da lei, poderão vir a ser emitidas acções preferenciais sem voto ou de outra categoria especial.
7. Mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser exigidas aos accionistas prestações acessórias ou suplementares, as quais podem ou não ser proporcionais às acções detidas à data da deliberação, sendo as prestações acessórias efectuadas onerosamente, até ao montante total de cinquenta milhões de euros, devendo a Assembleia Geral fixar os seus elementos.

Artigo Quarto

1. A transmissão de acções da sociedade está sujeita a um direito de preferência dos demais accionistas nos termos e condições dos números seguintes.
2. Qualquer accionista que pretenda alienar as suas acções comunicará o facto ao Conselho de Administração, mediante carta registada, especificando o nome do proposto adquirente, preço e demais condições de transmissão.
3. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da recepção da comunicação referida no número anterior, o Conselho de Administração informará os restantes accionistas do conteúdo da mesma.
4. Os accionistas que pretendam exercer o seu direito de preferência deverão informar desse facto o Conselho de Administração e o proposto alienante, mediante carta registada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da recepção da comunicação referida no número anterior.

5. As acções serão distribuídas pelos accionistas que exerçam a sua preferência ao “pro rata” das respectivas participações do capital social.

Artigo Quinto

A Assembleia Geral pode deliberar que as acções transmitidas em contravenção com o disposto na lei ou nos presentes estatutos sejam sujeitos a amortização, fixando para o efeito as regras e os valores por que a amortização se deverá pautar.

Artigo Sexto

1. Mediante deliberação do Conselho de Administração, e depois de obtidas as autorizações que se mostrem legalmente necessárias, a sociedade poderá emitir obrigações, convertíveis ou não, bem como outros títulos legais de dívida e realizar sobre eles as operações que entenda convenientes.
2. A sociedade pode adquirir obrigações próprias, nos termos da lei.

Capítulo Terceiro

Orgãos Sociais

Artigo Sétimo

Os órgãos sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas..

Artigo Oitavo

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da sociedade e as suas deliberações, quando legalmente tomadas na âmbito das suas atribuições e competência, são obrigatórias para todos os accionistas.
2. A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito de voto.
3. Os accionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, mediante carta assinada pelo representado e dirigida ao presidente da mesa.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as pessoas colectivas, os incapazes, os inabilitados e os patrimónios autónomos serão sempre representados pelos seus

respectivos representantes legais, os comproprietários por um só deles e, mostrando-se a titularidade da acção dividida em nua propriedade e usufruto, competirá a representação ao usufrutuário.

5. Não é permitido o voto por correspondência.

Artigo Nono

1. A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocação desde que ali se encontrem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, 50% do capital social.
2. Na convocatória pode fixar-se igualmente uma segunda data para a reunião da assembleia para o caso de esta, por falta de "quorum", não poder reunir em primeira convocatória, contanto que entre as duas datas mediem mais de quinze dias.

Artigo Décimo

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos em Assembleia Geral, de entre os accionistas ou não, por um período de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição.

Artigo Décimo-Primeiro

1. A sociedade é gerida por um Conselho de Administração composto por um número máximo de quinze membros, eleitos ou reeleitos em Assembleia Geral para o exercício de mandatos de três anos.
2. A Assembleia Geral que proceda à eleição dos membros do Conselho de Administração designará o respectivo presidente.

Artigo Décimo-Segundo

1. O Conselho de Administração reunirá, pelo menos, uma vez em cada trimestre por convocação do presidente, por sua iniciativa ou de dois administradores.
2. O Conselho de Administração só poderá deliberar validamente desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo um administrador

fazer-se representar por outro mediante simples carta dirigida ao presidente, mencionando o dia e a hora da reunião em causa.

3. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos votos apurados, dispondo o presidente, em caso de empate, de voto de qualidade.

Artigo Décimo-Terceiro

1. Além das atribuições gerais resultantes da lei e dos presentes estatutos, compete ainda ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao seu objecto;
- b) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem, bem como constituir quaisquer mandatários mediante a outorga das competentes procurações;
- c) Adquirir, alienar, onerar ou obrigar quaisquer bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo obrigações próprias ou alheias, nos termos legalmente autorizados;
- d) Dar execução e fazer cumprir a lei, os presentes estatutos, bem como as deliberações da Assembleia Geral regularmente tomadas.

2. O Conselho de Administração poderá delegar a gestão corrente da sociedade em um ou mais administradores delegados, ou numa comissão executiva.

Artigo Décimo-Quarto

1. A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois membros do Conselho de Administração;
- b) Pela assinatura de um administrador-delegado no âmbito das competências que lhe tenham sido conferidas pelo Conselho de Administração;

2. Os actos de mero expediente poderão ser assinados por um só membro do Conselho de Administração.

Artigo Décimo-Quinto

A responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração deverá ser caucionada pelo valor mínimo legalmente exigido e por alguma das formas permitidas por lei, sem prejuízo do disposto no número 5 do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais.

Artigo Décimo-Sexto

1. A fiscalização dos negócios sociais compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que não integre o Conselho Fiscal, sendo o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que não integre o Conselho Fiscal propostos para eleição pelo Conselho Fiscal.
2. A Assembleia Geral elegerá de entre os membros do Conselho Fiscal o respectivo Presidente.
3. A responsabilidade de cada membro do Conselho Fiscal deverá ser caucionada pelo valor mínimo legalmente exigido e por alguma das formas permitidas por lei.

Artigo Décimo-Sétimo

1. A Assembleia Geral poderá designar um Conselho Consultivo da sociedade, composto por um máximo de quinze pessoas de reconhecida capacidade, idoneidade e mérito.
2. Compete à Assembleia Geral, através do presidente do Conselho de Administração, dirigir os convites às pessoas que devam integrar o Conselho Consultivo.
3. O funcionamento e competências do Conselho Consultivo deverão ser fixados pela própria Assembleia Geral, no momento da nomeação.

Capítulo Quarto

Exercício e Aplicação dos Resultados

Artigo Décimo-Oitavo

O ano social corresponde ao ano civil.

Artigo Décimo-Nono

1. Os lucros líquidos que resultarem do balanço anual, deduzida, quando necessário, a percentagem destinada a reserva legal, terão a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral.
2. A Assembleia Geral poderá deliberar, mediante maioria simples dos votos validamente expressos, em primeira ou segunda convocatória, não distribuir os lucros do exercício.
3. Poderá ser atribuída aos membros do Conselho de Administração uma participação nos lucros distribuíveis do exercício até 10 % desses lucros.

Artigo Vigésimo

Observados os requisitos legais, o Conselho de Administração pode deliberar adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício.

Capítulo Quinto

Dissolução e Liquidação

Artigo Vigésimo-Primeiro

A sociedade dissolve-se nos casos e segundo os termos previstos na lei, por meio de deliberação tomada em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.

Artigo Vigésimo-Segundo

1. Dissolvida a sociedade, será a sua liquidação efectuada extrajudicialmente por uma comissão liquidatária composta pelos membros do Conselho de Administração em exercício, se a assembleia não deliberar de outro modo.
2. Pago todo o passivo e solvidos os demais encargos da sociedade, far-se-á a partilha do remanescente pelos accionistas na proporção das acções que ao tempo possuírem.

Capítulo Sexto

Disposições Finais

Artigo Vigésimo-Terceiro

As remunerações dos titulares dos órgãos sociais serão fixadas por uma Comissão de Vencimentos constituída por três membros designados em Assembleia Geral, por mandatos de três anos.

19.06.2014